

?/o Executivo




REUNIÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO
de 26/04/2019
Deliberação - Aprovado por:
Unanimidade
Maioria
O Dir. DAG, 

Câmara Municipal de Castelo Branco

INFORMAÇÃO
N.º.1374 de 14/03/2019

DEPARTAMENTO TÉCNICO OPERACIONAL
Divisão de Urbanismo e Obras Particulares

do Dto
2019/4/26


ASSUNTO: "Revisão do Plano Diretor Municipal de Castelo Branco

- Participação pública realizada nos termos do n.º2 do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º80/2015 e continuação do procedimento de Revisão"

Na sequência da informação n.º. 5640, de 11/12/2018, elaborada pelo DTO/DUOP, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, na sua reunião pública do Órgão Executivo, realizada em 21/12/2018, proceder à Revisão do Plano Diretor Municipal de Castelo Branco (PDM) que entrou em vigor através da publicação Resolução de Conselho de Ministros n.º66/94, de 16 de junho de 1994, revisão enquadrada nos termos do definido na alínea a) do n.º 2 do artigo 124.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) - Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio - e seguindo, com as devidas adaptações, os procedimentos estabelecidos no RJIGT para a sua elaboração, aprovação, ratificação e publicação, fixando para efeitos do n.º 1 do art.º 76.º o prazo de elaboração em 5 anos e para efeitos do n.º2 do art.º 88.º o período de participação pública em 30 dias úteis.

Em conformidade com a referida reunião, procedeu-se à publicitação da deliberação municipal através da publicação no Diário da República, da divulgação na comunicação social, na plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio na internet da Câmara Municipal. A deliberação foi publicada através do Aviso n.º 854/2019 - Diário da República 2.ª série, n.º 8, de 11 de janeiro de 2019, tendo sido estabelecido um período de 30 dias úteis para a participação pública, durante o qual os interessados poderiam proceder à formulação de sugestões, bem como à apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam vir a ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de revisão do Plano.

Nos termos do aviso (extrato) n.º 854/2019, o referido período de participação pública decorreu entre 14 de janeiro e 22 de fevereiro de 2019. Terminado este prazo e considerando que já decorreram mais de 3 dias úteis após o termo do prazo para eventuais participações por via postal, infôrma-se que foram apresentadas 11 participações, que se resumem na tabela seguinte.



Câmara Municipal de Castelo Branco

Revisão do Plano Diretor Municipal de Castelo Branco

Quadro Síntese do Procedimento de Participação Pública

(Aviso n.º 854/2019 - Diário da República 2.ª série, n.º 8, de 11 de janeiro de 2019)

Participante/ contacto/número e data de entrada	Identificação do Prédio	Resumo da Participação
João Correia Barata Rua Guilhermino de Barros, n.º 30 R/C 6000-234 Castelo Branco N.º 895 de 31/01/2019	Artigo Matricial Rústico n.º 142, Secção C Travessa Padre Pires Moura Retaxo	Solicita que o prédio rústico relativo ao artigo n.º 142, Secção C, seja totalmente incluído no perímetro urbano de Retaxo uma vez que parte do mesmo (cerca de 1380m ²) se encontra abrangido pela RAN. Refere a cedência de 46m ² para a Junta de Freguesia para alargamentos da rua e a existência de infraestruturas.
Fábricas Lusitana Produtos Alimentares SA Largo de St.º António n.º 1 6005-015 Alcains N.º 1353 de 14/02/2019	Artigo Matricial Urbano n.º 3230 Lameiro da Lapa Alcains	Solicita que o prédio relativo ao artigo matricial urbano n.º 3230 da Freguesia de Alcains seja destinado a indústria.
Sociedade Agrícola Couto Velho, Lda Alcino Sanches Rua do Saibreiro, 24, 4.º Esq. 6000-197 Castelo Branco N.º 1355 de 14/02/2019	Artigo Matricial Rústico n.º 15, secção G Lomba do Velho Castelo Branco	Solicita que no prédio rústico relativo ao artigo n.º 15, secção G, seja permitida a ampliação das construções existentes para habitação, atividades agrícolas, pecuária, florestal e industrial e que na cartografia de perigosidade de incêndio rural seja definida uma classificação de perigosidade de incêndio inferior à atual, na envolvente das construções existentes, integrando a planta de condicionantes do PDM. Apresenta memória descritiva e justificativa da solicitação. Realça o enquadramento do prédio no PDM em espaço florestal ou silvo pastoril e as disposições legais relativas anterior ao Decreto-Lei 124/2006, 28/6, na atual redação.
Luis Miguel Barata Gordino Av da Liberdade, n.º 13 6005-150 Escalos de Baixo N.º 1388 de 14/02/2019	Artigo Matricial Rústico n.º 202, secção D Escalos de Baixo	Solicita que o prédio rústico inscrito sobre o artigo matricial n.º 202, secção D, passe a integrar o perímetro urbano de Escalos de Baixo.
Ana Luísa Gomes Dias Travessa da Portela, n.º 5 6000-631 Salgueiro do Campo N.º 1392 de 14/02/2019	Artigo Matricial Rústico n.º 463 secção J, EN 112 Salgueiro do Campo	Solicita que o prédio rústico inscrito sobre o artigo matricial n.º 463, secção J, passe a integrar o perímetro urbano de Salgueiro do Campo. Refere a existência de infraestruturas e de moradias na zona e também a aquisição do prédio para construção de habitação própria em data anterior ao DL 124/2006, de 28/6.
Joana Rita Rolo Mateus Rua Mártir São Sebastião, 38 6005-250 Mata N.º 1427 de 15/02/2019	Artigo Matricial Urbano n.º 1275 Rua do Forno Mata	Solicita a inclusão da parcela de terreno, com área total de 798,56m ² , no perímetro urbano da Mata. Refere que o terreno não está a ser utilizado para fins agrícolas e que cederam, graciosamente, uma parte do mesmo para alargamento da via pública.



Câmara Municipal de Castelo Branco		
Teresa Barbosa Ferreira de Carvalho Rua Luís de Camões, 42 6005-150 Escalos de Baixo N.º 1437 de 18/02/2019	Artigo Matricial Rústico artigo 256, secção D, Vale do Ribeiro Escalos de Baixo	Solicita a inclusão do prédio Rústico com o artigo n.º 256, secção D, no perímetro urbano de Escalos de Baixo, para construção de habitação própria. Refere a existência de infraestruturas e de habitações na zona.
Sónia Augusta Pires Jacinto Dias Rua Prof. Dr. Faria Vasconcelos n.º 5, 6.º frente 6000-266 Castelo Branco N.º 1479 de 19/02/2019	Artigo Matricial Rústico n.º34 secção J, Rua da Circunvalação Salgueiro do Campo	Solicita que o prédio rústico inscrito sobre o artigo matricial n.º34, secção J, passe a integrar o perímetro urbano de Salgueiro do Campo. Refere a existência de infraestruturas e de moradias na zona e também a aquisição do prédio para construção de habitação própria em data anterior ao Decreto-Lei 124/2006, de 28/6.
Manuel Beirão Pires Dias Travessa da Portela, n.º5 6000-631 Salgueiro do Campo N.º 1484 de 19/02/2019	Artigo Matricial Urbano n.º 1774 Vale das Amoreiras EN 112 Salgueiro do Campo	Solicita que o prédio urbano n.º 1774 seja integrado no perímetro urbano de Salgueiro do Campo na classificação adequada ao uso de oficina mecânica. Refere a existência de uma oficina mecânica no prédio e de infraestruturas e outras construções na zona.
Junta de Freguesia de Salgueiro do Campo Rua do Adro, 1 6000-631 Salgueiro do Campo N.º 1485 de 19/02/2019	Artigo Matricial Rústico n.º484 secção J, Salgueiro do Campo	Solicita que o prédio rústico n.º484, secção J, seja integrado no perímetro urbano de Salgueiro do Campo na classificação adequada ao desenvolvimento de um projeto de loteamento ou equipamento. Refere a existência de todas as infraestruturas e outras construções na zona e a necessidade de desenvolver atividades que venham de encontro às necessidades da população.
União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata Av.º. Eng.º. Duarte Pacheco 6005-150 Escalos de Baixo N.º 1593 de 22/02/2019	Proposta para ajustamentos aos perímetros urbanos	Solicita o ajustamento dos perímetros urbanos de Escalos de Baixo e Mata e o aumento do índice de construção atualmente em vigor. Justifica o ajustamento dos perímetros urbanos face ao reforço das infraestruturas implementadas desde a entrada em vigor do PDM e ao objetivo de criar condições para fixação de pessoas.

Face à especificidade das participações, e como é habitual no primeiro período de participação pública, somos de opinião que as participações recebidas sejam analisadas pela Equipa de Urbanistas que vier a ser responsável pela elaboração da Proposta de Revisão do PDM, no seguimento do processo de aquisição de serviços que se encontra a decorrer.

No seguimento do exposto, propõe-se que em reunião pública do Órgão Executivo sejam deliberados os seguintes procedimentos:

- Remeter as participações recebidas em sede de participação pública prévia à Equipa de Urbanistas que vier a ser responsável pela elaboração da Proposta de Revisão do PDM (no seguimento do processo de aquisição de serviços que se encontra a decorrer), para que as mesmas sejam analisadas no âmbito do respetivo procedimento;

